

Resumo: Pesquisa sobre os arquivos pessoais e familiares, desenvolvida com base na literatura publicada em língua portuguesa e em visitas técnicas realizadas em dezembro de 2019 no Arquivo e Biblioteca da Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, e no Arquivo de Documentação Fotográfica da Direção Geral do Património Cultural, em Lisboa, com o objetivo de verificar como o tratamento técnico das fotografias se apresenta nesse panorama. Busca examinar como os autores conceituam os arquivos pessoais e familiares e qual a inserção das fotografias nesses arquivos. Constatou-se que não existe um consenso entre os autores sobre a terminologia utilizada nesse âmbito e que, apesar das fotografias estarem presentes em grande parte dos arquivos pessoais, a literatura da área não reflete essa realidade.

Palavras-chave: Arquivo de família; Arquivo fotográfico; Arquivo pessoal.

Abstract: Research about personal and family archives that was developed based on the literature published in Portuguese language and on technical visits carried out in December 2019 at the Archive and Library of the Eugénio de Almeida Foundation, in Évora, and at the Photographic Documentation Archive of the General Directorate of Cultural Heritage, in Lisbon, with the objective of verifying how the archival processing of photographs presents itself in this panorama. It seeks to examine how the authors conceptualize personal and family archives and how is the photographs presentation in these archives. It was found that there is no consensus among the authors on the terminology used in this area and that, although photographs are present in most personal archives, the literature in the area does not reflect this reality.

Keywords: Family archives; Photographic archives; Personal archives.

1. Introdução

Uma vez que os arquivos pessoais nem sempre foram considerados como uma entidade de natureza arquivística, os estudos sobre o assunto e a sua inclusão no referencial teórico da Arquivologia se deu tardiamente. As investigações voltadas para o tema não eram frequentes e a literatura da área aponta essa lacuna, bem como o consenso da área que os arquivos pessoais ficaram relegados a segundo plano em relação aos arquivos institucionais. Esse panorama começou a ser modificado em torno do final do século XX, ainda de forma discreta e vem se intensificando no século XXI. Os arquivos pessoais tornaram-se um campo na Arquivologia que tem despertado bastante interesse, o que está acontecendo relativamente há pouco tempo.

Com o crescimento do interesse pelos arquivos pessoais, o cenário da área se altera, tanto no que diz respeito aos usuários e pesquisadores que buscam esses acervos, quanto em relação aos profissionais que se dedicam a tratá-los e estudar seu tratamento técnico. Nota-se um aumento no número de acervos que estão sendo doados e aceitos por instituições de memória e informação, algumas que nem incluíam os arquivos pessoais em sua política

de acervo. Com isso também percebe-se o aumento de acervos pessoais sendo abertos à consulta e o crescimento de estudos e publicações sobre o assunto, impulsionando um desenvolvimento da literatura na área.

Sobre o que causou esse maior interesse, os autores apontam algumas alternativas. A principal é a possibilidade de conhecer realidades que não estão presentes nos arquivos institucionais e de Estado.

Rosa (2012:15-16) destaca a importância dos arquivos de família como valor patrimonial e testemunho de memória, que se revelam um objeto de análise particularmente rico para o conhecimento da sociedade atual e das passadas. Na sua opinião, o que trouxe para ribalta os arquivos de comunidades, e evidenciou o interesse destas em conservarem e valorizarem as suas memórias, foi a valorização dos suportes de memória não estatais, não oficiais, em conjunto com todas as tentativas teóricas de encontrar a voz dos subalternos, dos marginalizados, dos passivos.

Assim, este trabalho tem como objetivo verificar como se dá na literatura a abordagem sobre o tratamento técnico das fotografias nos arquivos pessoais. Uma vez que tal tratamento apresenta especificidades, cumpre saber se a literatura da área reflete o crescimento desses acervos em quantidade e em importância. Este artigo é parte integrante de pesquisa de pós-doutoramento em Ciência da Informação cujo objeto de estudo são os documentos fotográficos em arquivos pessoais e familiares. Após uma etapa de investigação no cenário brasileiro, ampliou-se o universo da pesquisa para a compreensão da abordagem de tratamento dos documentos fotográficos em arquivos pessoais e familiares de Portugal, origem da cultura gerencial (e burocrática) de documentos do Brasil devido às relações históricas dos dois países. Apresentam-se aqui os resultados das pesquisas realizadas em Portugal no período de outubro de 2019 a fevereiro de 2020.

Esta fase do estudo foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto na área da Ciência da Informação, em que examinou-se a literatura portuguesa e em especial os trabalhos que enfocam questões no âmbito arquivístico. A pesquisa foi feita em artigos e trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) disponíveis na biblioteca, de forma presencial e no seu catálogo *online*. Foram examinados 28 textos sobre arquivos pessoais e familiares e, destes, 11 mencionavam os documentos fotográficos (40%). Destaca-se um livro organizado por Rosa (2012) sobre arquivos de família que reúne textos delineando um amplo panorama sobre a situação destes arquivos em Portugal.

Analisou-se também o tratamento arquivístico dos documentos fotográficos que integram arquivos pessoais em algumas instituições de Portugal, através de visitas técnicas realizadas em dezembro de 2019 no Arquivo e Biblioteca da Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, e no Arquivo de Documentação Fotográfica da Direção Geral do Património Cultural, em Lisboa.

2. A título de conceituação

Com o desenvolvimento dos estudos sobre os arquivos mencionados e tema desta pesquisa, foi imperativo delimitá-los, conceituá-los e definir parâmetros para sua organização, o que

não é uma tarefa fácil, principalmente em uma área recente, onde alguns aspectos ainda estão sendo discutidos e amadurecidos.

Diferentemente do Brasil, durante a revisão teórica constatou-se uma maior incidência de uso do termo arquivos familiares, em vez de arquivos pessoais. A fronteira ou a diferença entre os arquivos pessoais e familiares não é simples de ser determinada. Alguns autores portugueses utilizam as expressões como se fossem sinônimos, outros utilizam um termo ou o outro e em alguns casos aparece como um termo composto: pessoais e familiares, como será exposto a seguir.

Para Guimarães (1997:107) um arquivo de família é

um conjunto de documentos acumulados num processo natural, ao longo dos tempos, pelos elementos de uma família, no desempenho das suas actividades quer públicas quer privadas, e por eles conservados com o objectivo de servir de testemunho, informação ou fonte histórica.

Portanto, os arquivos de família configuram-se em um conjunto que reúne documentos de várias pessoas que têm relações de parentesco entre si, filhos, pais, irmãos, cônjuges, fazendo uma rede de relações. Por esse motivo, pode ser difícil delimitar arquivos pessoais em um conjunto de documentos pertencentes a uma família, pois parte considerável dos documentos é comum a todos e os pessoais podem ser uma seleção artificial, perdendo assim a ligação com o conjunto, o vínculo e o contexto. Especialmente quando se trata de documentos fotográficos.

Silva (2004:68) afirma que um arquivo, ou um sistema de informação (S. I.) familiar alude a uma estrutura orgânica, como todos os S. I. gerados pelos seres humanos, e é “a combinação dinâmica do vector biológico da reprodução humana com a inserção sócio-económica do agregado familiar” (2004:69).

Este autor, com o propósito de conceituação, citou (1997:60) a autora francesa Ernestine Lejour, que afirma que a diversidade dos papéis de família reflete a personalidade dos indivíduos a que eles pertencem, mas apesar de qualquer originalidade, todo homem é levado a acumular, ao longo da vida, em geral os mesmos escritos, registros de nascimentos, de casamento, óbito, relações de bens, recibos, títulos de propriedade, testamento, além de papéis profissionais. E assim os papéis familiares dividem-se em dois grandes polos, as pessoas e os bens. Silva (1997) acrescenta que os documentos se acumulam, crescem em quantidade e são transmitidos por gerações, servindo de prova.

Ainda nesse empenho em delimitar conceitos, Silva (1997) cita Olga Gallego que:

teve o cuidado de precisar as características estruturais que diferenciam os arquivos de família e os pessoais. Sendo aqueles ‘o reflexo da evolução de uma ou várias famílias ao largo de gerações e através de muitos séculos, durante os quais se produzem uniões de famílias distintas por matrimónio, uniões de património por heranças de outras famílias mais afastadas no seu parentesco, reduções de património por causas diversas (dotes, quebras etc) e, por último, a sua eventual extinção.’ Enquanto os pessoais na perspectiva exposta andam ligados a individualidade que por determinado motivo se destacam da respectiva família originando fundos próprios. (GALLEGO *apud* SILVA, 1997:66)

Silva (1997:89) afirma que os arquivos pessoais implicam sempre alguma relação, maior ou menor, com a entidade familiar e por isso partilham com ela afinidades estruturais, mas também se distinguem pois resultam exclusiva ou predominantemente das atividades de uma pessoa, membro destacado de determinada família, com sua ação individual.

Segundo o autor:

A família é uma unidade biológica, sócio-econômica e simbólica que se compõe de pessoas articuladas pela genética, pelo parentesco e pelas relações interpessoais tecidas dentro de cada geração, ao longo de sucessivas gerações e ao longo do processo histórico com as suas diversas conjunturas (SILVA, 1997:89).

E complementa:

a organicidade de uma família repousa, assim, na sucessão geracional e no elo linhagístico dos diferentes membros, distribuídos pelos ramos colaterais e pelos respectivos graus de parentesco e de sucessão, enquanto a de uma pessoa radica nos seus estádios psicossomáticos de desenvolvimento genericamente justapostos aos ciclos de existência activa: infância = estudante; adolescência = estudante e/ou pessoa activa profissionalmente; juventude = estudante e/ou pessoa activa profissional e culturalmente; adulto = pessoa activa com uma ou mais profissões, com ou sem intervenção física, política, social, económica, etc.; e idoso = pessoa reformada, mas polarizada ou não por uma ou mais atividades cívicas, políticas, culturais, etc. (SILVA, 1997:89-90).

O indivíduo, portanto, ao longo da vida, ao mesmo tempo em que produz e acumula documentos que registram atividades e acontecimentos que envolvem, um ou mais, indivíduos de sua família - os arquivos familiares; também produz e acumula documentos que registram atividades e acontecimentos que envolvem indivíduos ou instituições sem relação de parentesco - os arquivos pessoais. E a tentativa de separação do Arquivo Pessoal de um indivíduo do seu Arquivo Familiar, além de difícil, é crítica. Por tratar-se de uma ação artificial e parcial que, inevitavelmente, prejudica o contexto de produção de um ou de outro.

2.1. Os arquivos familiares ligados à questão patrimonial

Uma das características importantes nos arquivos de família observados em Portugal, tanto na literatura quanto em visitas técnicas, é a questão patrimonial e financeira. A constituição dos arquivos familiares, seja por motivos culturais ou gerenciais, tem como uma tônica importante os registros das atividades financeiras desenvolvidas pela família, e o acervo serve de prova e de base para a tomada de decisões em relação aos negócios. Isso faz com que os arquivos sejam mais familiares do que pessoais, uma vez que o patrimônio e os negócios não são de uma pessoa isoladamente, mas passem para outros membros da família por herança, matrimônio, doação, entre outros, através de gerações. Essa característica presente nos arquivos familiares é identificada em vários textos da literatura consultada, como se vê a seguir.

Vasconcelos (2012:109) afirma que quando o sistema da prova escrita e documental se sobrepôs ao da prova oral e testemunhal, os arquivos passaram a ser, cada vez mais, um

instrumento essencial para a administração das casas e para comprovar seus títulos e brasões. Cada casa nobre, desde as menores até os grandes senhores, tinham o meio de prova para defender os seus rendimentos agrícolas e/ou senhoriais, e também as suas qualificações ou títulos nobiliárquicos, acadêmicos ou militares. Mas observa que a “sede de memória e fome de passado que caracterizam as sociedades atuais, deram uma segunda vida aos arquivos privados”.

Lima (2012:35), referindo-se ao Arquivo Benito Maçãs afirma que

o conjunto documental incorporado no Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, representando apenas uma parcela da documentação criada e recebida pela família Benito Maçãs, é um fundo documental familiar, não porque os produtores estão ligados entre si por relações de parentesco, mas porque possui documentação que representa a unidade da família, com as suas conexões, dinâmicas, funções e participações sociais. A existência de documentos não passíveis de individualização, ou seja, de identificação com um único produtor, porque provêm de atividades ou interesses coletivos, fundamenta a distinção entre fundos familiares e fundos pessoais e é, no nosso entendimento, a única justificação válida para o arquivo Benito Maçãs ser considerado um fundo familiar e não um conjunto de vários fundos pessoais, ou um único fundo pessoal, reunido pela ação da última representante da família, Delmira Maçãs.

Macedo (2012:267-268) aponta que a formação do Arquivo da Casa do Avelar partiu da necessidade de gerir os negócios da Casa no seu todo, daí a predominância dos documentos de carácter patrimonial e genealógico, em sua opinião, tal como acontece na generalidade dos arquivos de família.

Há também, no entanto, todo um outro conjunto de fontes que dizem respeito ao domínio biográfico, social, familiar e pessoal. Referimo-nos aos pequenos livros de notas particulares, registos diários de receitas e despesas, registo de dívidas, ou ainda os cadernos pessoais de poesias, poemas de amor, livros de lembranças e diários, receitas de cozinha, formulários medicinais, uma variedade de correspondência privada, enfim, de uma maneira geral, factos íntimos da vida sentimental e afectiva, quer emanados do espaço doméstico, quer projectados no espaço mais alargado da vida social, política e religiosa.

Pode-se constatar um outro exemplo no Arquivo Pombal, conforme relatam Martins, Silva e Ferreira (2012:529-531) em razão do quadro de classificação estabelecido para o arquivo obedecer a um critério orgânico-funcional direcionado sobretudo para duas vertentes: a patrimonial e a financeira. Na gestão patrimonial estão os Livros de Tombo das propriedades, Títulos, Livros de Foros e Rendas, entre outros. Na documentação sobre a gestão financeira encontram-se as despesas relacionadas com a vida doméstica, despesas pessoais, entre outras. No entanto, o arquivo também inclui documentos de índole pessoal, por exemplo, correspondências, e ainda a documentação de carácter privado de outros membros da família Pombal, o Diário Pessoal do 5º Marquês, entre outros.

Sobre o Arquivo Ficalho, Silva e Assis (2012:67) ponderam sobre os motivos que justificaram a sua organização de 1815, e formulam a hipótese de que surgiu como promotora da funcionalidade do arquivo enquanto instrumento de gestão da Casa, afirmam

que só para isto se organiza o Arquivo e por esse motivo “as ‘cartas missivas’, sem interesse para a gestão, foram agrupadas em monte, e não descritas”.

Em relação ao Arquivo da Quinta das Lágrimas, Júdice e Borges (2012:99) relatam um acontecimento que demonstra não apenas o principal uso para os documentos, mas a importância que se dava ao arquivo:

O arquivo da Quinta das Lágrimas, assim chamado, não só por ser esta Casa a confluência de todas as outras casas da Família Osório Cabral de Alarcão, mas, e essencialmente, como homenagem a Miguel Osório Cabral de Castro, 5º Senhor da Quinta das Lágrimas, a quem se deve não só a organização do arquivo que chegou até nós, mas também a sua existência, já que no incêndio de 21 de dezembro de 1879 que destruiu a maior parte do edifício não descansou enquanto não salvou todo o arquivo, os documentos que poderiam servir de prova dos bens da sua família.

As autoras complementam: “Outro factor interessante neste arquivo é a percepção da sua utilização pela família, que assim sente necessidade de o manter organizado, e mesmo de o aumentar com recurso a públicas-formas obtidas noutros arquivos” (2012:104).

No caso do Arquivo da Casa do Avelar, Macedo (2012:270) expõe:

Um arquivo de família, como o que estudámos, contém uma variedade de fontes documentais, que vão do domínio genealógico (inquirições, memórias, atestações de parentesco...) ou da gestão do património (prazos, arrendamentos, doações, heranças, inventários, dívidas, empréstimo...) à documentação de carácter mais subjectivo e individualizado de cariz autobiográfico como são os diários, os cadernos de notas pessoais ou a correspondência privada.

Essa é outra característica importante e muito presente nos arquivos familiares e pessoais, a diversidade de documentos encontrados. O que é pontuado também por diversos autores que se dedicam ao tema.

Guedes (2017:519) aponta o consenso na área de que a diversidade é uma das características que mais determinam os arquivos pessoais e familiares, e acredita que essa diversidade advém da singularidade das condições humanas e da sua existência, além do fato de não serem gerados em contexto administrativo, logo, desprovidos de normas ou regulamentos que determinem a produção, gestão e a acumulação das espécies documentais.

Farelo (2012:201), descrevendo sobre o acervo dos Nogueira demonstra que a documentação permanece sob a tutela de quem tem ou teve a responsabilidade pela gestão e administração do património, e acrescenta que, de um modo geral assiste-se nestes arquivos à primazia de documentos ligados à gestão patrimonial e à titulação de bens, e infere que isso inviabiliza o acesso à documentação ligada ao que chama de atividade funcional dos membros da família, por exemplo algumas ocupações assumidas por determinados membros da família ligadas aos seus exercícios profissionais próprios, na igreja, embaixada, entre outros.

Ainda assim, Farelo (2012:201) acrescenta:

é certo que a unicidade do acervo propiciado pela pertença a uma família ou a mais famílias relacionadas entre si, tornam esta documentação essencial para um estudo de natureza social. De facto, além de todas as virtudes já enunciadas, estes arquivos permitem uma visão dos indivíduos em estudo muito mais ‘familiar’ do que aquela proporcionada pela documentação régia e eclesiástica utilizada geralmente pela medievalística. Nestas últimas impera, praticamente de forma omnipresente, uma mediação que refracta e subordina muitas das vezes o conhecimento das acções destes homens à dimensão do relacionamento com as demais instituições. A diferença é que a utilização de uma documentação proveniente de arquivos de família permite, não raras vezes, ir mais além desta mera mediação e atingir o âmago do funcionamento da estrutura familiar, patrimonial e mesmo simbólica de alguns grupos de poder nas sociedades políticas locais, regionais e mesmo centrais do nosso país em tempos idos.

Em relação ao Arquivo da Casa de Mateus, Rodrigues e Silva relatam que D. José Maria de Sousa era um homem de Letras, cosmopolita, que viveu no exterior a maior parte de sua vida, tendo ocupado diversos cargos diplomáticos em vários países, entre os quais Suécia, Dinamarca, França, Rússia. Por morte de seu pai regressou a Portugal em 1799 para tratar de assuntos familiares. Empreendeu um conjunto de medidas de gestão da Casa, sendo a mais significativa a reorganização do arquivo. Ele dizia a seu filho, D. José Luís, que uma das obrigações de um pai era deixar em ordem os bens que assegurassem a sua independência e que por isso, voltou a Portugal por morte de seu pai, tomou posse da Casa e passou o inverno a ordenar, melhorá-la e segurá-la tanto quanto possível. Entre o fim de 1799 e o início de 1800, teria dedicado cinco meses à organização da Casa, e em suas palavras (*apud* RODRIGUES e SILVA, 2012:629-630) fica clara a importância do Arquivo:

Principiei em Lisboa, e aqui, por liquidar contas com meu cunhado, de maneira a não deixar-te embaraços para o futuro, e segurar-te a tua propriedade. A escritura de transação em Lisboa, e o Inventário que se seguiu a ella, com a quitação do resto que se lhe devia de legitima, consolidou o Vinculo, que já era o mais seguro, e determinou os Bens livres com huma clareza, qual não se achará facilmente em Casa alguma. Estes títulos são o monumento deste breve benefício. A propriedade em todo o Paiz, sobretudo em Portugal, depende de dos títulos que a segurão e dão este direito assim o Archivo de huma casa he o objecto da maior importância, muito particularmente para a nossa, que formada de pequenas peças, que se forão reunindo, e de muitos pequenos foros, exige a revisão contínua, e conhecimento dos títulos de cada um para defendêr e sustentar os seus direitos. Os Tonbos mesmo não são sufficientes a suppri-los. À mania forense do nosso Paiz, à inexecução das Leis, à corrupção das Justiças só se pode oppôr, e ainda às vezes de balde, a validade e clareza dos Documentos. Por estes motivos o meu segundo cuidado foi pôr na melhor ordem os papeis immensos da casa.

Nos artigos analisados vê-se com frequência os autores abordando a organização dos acervos no que se refere aos documentos textuais, tanto sobre a disposição original, dada pelos produtores, quanto sobre a organização feita posteriormente por outros herdeiros, ou a da atualidade, empreendida por profissionais após o recolhimento. O que não ocorre em relação aos documentos fotográficos.

Chamando a atenção para a utilização dos documentos pelas próprias casas, Rosa (2012:574) afirma que a elaboração de inventários não era um ato técnico nem muito menos tinha o objetivo de dar acesso a historiadores, mas nascia de propósitos contingentes e com o escopo, em primeiro lugar, da utilização interna, da recuperação da informação para benefício próprio dos proprietários.

Silva (2012:439) assinala que os arquivos pessoais “resultam de tal forma de critérios incontroláveis – de arbitrariedade ou de intencionalidade – que faz todo o sentido que, mesmo antes do seu conteúdo, seja na compreensão de sua natureza que o investigador deva deter-se”. A autora indaga se os arquivos de família seriam pessoais (uma acumulação de arquivos pessoais) ou se seriam institucionais, entendendo a família como uma instituição, entre outros motivos por suas atividades de negócios.

Esse é um outro ponto de vista pouco comum entre os autores que estudam o assunto, mas que deve ser mencionado, uma vez que estamos considerando arquivos de família que possuem atividades de negócios: de empresários, de proprietários agrícolas, entre outros. Famílias com atividades institucionais, por assim dizer.

3. Como as fotografias são apresentadas

De um total de 28 textos analisados, 11 (40%) mencionam as fotografias nos arquivos pessoais; nos que o fazem, o assunto aparece em diferentes níveis de detalhamento e de abordagem. Na maioria das vezes, os autores apenas mencionam ou indicam que o acervo contém fotografias, sem detalhes sobre o que contém, como se apresentam e/ou sua organização.

Como exemplos dessas ocorrências temos o Arquivo Pessoal de Hintze Ribeiro, o arquivo pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia, arquivos de família/pessoais nos Arquivos Regionais nos Açores, bem como o Arquivo Ficalho, e os que se encontram no Arquivo da Universidade de Coimbra, como vê-se a seguir.

O Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro foi depositado pelos seus herdeiros na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada em maio de 1987. É um Arquivo com um volume documental estimado em cerca de 50.000 documentos distribuídos por inúmeras tipologias. O conjunto de documentos que o compõe é bastante eclético, identificando-se a presença de impressos, desde livros a folhas volantes, álbum de fotografias (documentando a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques), mapas, desenhos, dactiloscritos e manuscritos, nomeadamente de discursos políticos, notas pessoais e, sobretudo, uma correspondência volumosa (GAMEIRO, 2012:751).

Neste caso, a autora aponta pelo menos o assunto do álbum, trata-se de fotografias documentando a construção de uma ferrovia, entretanto, esta é a única menção, sobre o conteúdo informacional das fotografias, encontrada no texto.

Silva (2012:444) a respeito do arquivo pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia, relata a sua busca pelos documentos do referido arquivo, incluindo o contato com os descendentes em Vila Nova de Gaia e no Rio de Janeiro. A autora descreve a caracterização dos documentos e menciona que contém fotografias na parte do acervo que se encontra em

Portugal, porém limita-se a essa menção, sem detalhar do que se tratam, quantidade, características, ou qualquer outro pormenor.

Viveiros (2012:766) analisa a situação dos arquivos de família/pessoais à guarda de três Arquivos Regionais nos Açores, e observa que um deles (Horta) tem a guarda de três fundos pessoais e refere-se a eles como arquivos fotográficos, porém sem esclarecer o porquê ou como se configuram.

No Arquivo Ficalho, Silva e Assis (2012:70), ao exporem os objetivos e desafios futuros em relação ao acervo, dizem: “Seria ainda de todo o interesse proceder à organização de toda a documentação iconográfica (pintura e fotografia, sendo que a última abrange já seis gerações)”.

Guedes (2017), sobre os arquivos familiares e pessoais que se encontram no Arquivo da Universidade de Coimbra, discorre que existem muitas coleções reunidas pelo produtor, que revelam interesses, projetos de investigação académica ou meros passatempos. Acrescenta que são díspares:

manuscritas ou impressas, variando entre apontamentos sobre um determinado tema, referências bibliográficas, transcrição de documentos reunidos, quer por uma temática específica, quer pelo âmbito territorial, recortes de imprensa, coleções de cartões, estampas, gravuras, postais, fotografias, panfletos, marcas-de-água, retratos, livros, entre outras.

Esses dois últimos exemplos também não mencionam mais nenhum detalhe sobre as fotografias e em que se constituem, como em exemplos anteriores. Em alguns outros textos pode-se ver um espaço um pouco maior para as fotografias, como nos exemplos a seguir.

Azevedo (2012:138) escreveu sobre o Arquivo da própria família, os Charters d’Azevedo, e expõe que adotou uma estrutura por ramos de famílias, de pessoas e locais, “no fundo, organizá-lo como ele foi sendo produzido; como ele foi crescendo”. Relata que em sua pesquisa por documentos da família, em visita a familiares, eles por vezes “têm caixas de fotografias antigas, ou bonitos álbuns do século XIX, onde se encontram dezenas de fotos de cor sépia, muitas vezes bem conservadas, mas sem qualquer nome que identifique quem lá figura, ou a data em que foi feita a foto” (AZEVEDO, 2012:133). Esta é uma circunstância muito comum em acervos de fotografias, grande quantidade de fotos sem identificação como pode-se averiguar, a título ilustrativo, em dois arquivos a seguir relatados.

No Arquivo de Benito Maçãs vê-se um caso um pouco mais detalhado. Lima (2012:52-53) apresenta e explica sobre as fotografias do fundo:

O arquivo em análise engloba, ainda, um núcleo documental, de base tipológica, acumulado pelos diversos elementos da família, referente ao universo familiar, mas não passível de enquadramento, nem nas secções transversais, nem nas secções representativas de cada membro. É o grupo dos documentos fotográficos, não de todas as fotografias do fundo, mas das que formavam uma agregação geral, dispostas em álbuns de família, em álbuns pessoais ou em unidades de instalação constituídas por tipo de suporte e por formato, como as caixas de negativos em vidro, as caixas de diapositivos em acetato de celulose ou os envelopes de provas. Predominam as representações de diversos membros e da vida quotidiana da família Benito Maçãs, do

património familiar, de paisagens rurais, de cenas da vida campestre e dos inúmeros locais visitados sobretudo por Delmira Maçãs e seus pais. A desagregação deste grupo e a possível integração dos documentos nos respetivos contextos de produção não foi equacionada, pela seguinte ordem de razões: a primeira está diretamente ligada às evidências da utilização. A disposição das fotografias nos álbuns e a identificação de cada uma das unidades de instalação demonstram que era desta forma que os documentos eram utilizados. Em segundo lugar, o critério orgânico revelou-se de aplicação impossível, pois os criadores ou responsáveis pela acumulação não estão identificados e são inúmeras as fotografias de grupo em que estão representados vários membros da família, por vezes de gerações diferentes. Por fim, o critério funcional facilmente se confundiria com o temático e geraria um incomensurável número de hipóteses de classificação.

Especialmente neste caso é mencionada de forma específica a questão do contexto de produção, apresenta a forma em que as fotografias aparecem no arranjo intelectual e é explicado o motivo pelo qual o contexto de produção não foi respeitado. Alega também a existência de muitas fotografias sem identificação e o problema que acarreta.

Portela e Queiroz (2012:748-749) apresentam uma reflexão sobre o espólio fotográfico familiar mais antigo, desde os velhos álbuns fotográficos do final do século XIX e início do século XX. Chamam a atenção para a quantidade de imagens em álbuns antigos com retratos em formato de cartão de visita não passíveis de serem identificadas hoje, nem mesmo pelos atuais possuidores, ou amigos e parentes destes antepassados. Era comum não colocar no verso o nome dos retratados quando estes eram conhecidos, porém já se passaram muitas décadas, e sem conseguir identificar os antepassados, os possuidores tendem a desligar-se afetivamente dos mesmos. Podem negligenciá-los, desmembrá-los para vender ou destruir, guardando somente algumas com identificação, por exemplo. Perde-se a compreensão da lógica de preenchimento desses álbuns e gera um problema quando são depositados em algum arquivo público. Desse modo, constituem um tipo de documentação familiar que requer maior cuidado na eventual incorporação ou depósito em arquivos públicos.

Os autores sugerem um estudo sistemático destes álbuns, a elaboração de “uma espécie de inventário fotográfico familiar”, que pode ser feito por zonas geográficas delimitadas, em função de relações de amizade e parentesco em estratos sociais que, à época, tinham acesso à fotografia. No caso das pesquisas sobre Leiria, os autores afirmam que estão tentando “cruzar” os antigos álbuns de família, uns com os outros, para tentar identificar os retratados “o cruzamento permite identificar, a partir de um álbum, os retratados não identificados noutro álbum, e vice-versa”. Eles julgam verdadeiramente necessário fazer esse inventário fotográfico a partir dos álbuns mais antigos, com os quais a ligação afetiva dos proprietários já não é tão forte, sendo eles cada vez mais um património comum e não só um mero património familiar. Ainda, Portela e Queiroz (2012:748-749) mencionam as fotografias sem identificação, problema para o qual os autores apresentam uma proposta de solução.

O arquivo da família Espírito Santo Silva encontra-se no Centro de História do Banco Espírito Santo, e Cruz (2012:737) relata sobre os documentos que fazem parte do acervo, explicando em relação às fotografias:

Actualmente, o Centro de História do Banco Espírito Santo dispõe de mais de 1500 registos no sistema de gestão de arquivo fotográfico relacionados com a família Espírito Santo Silva. Estas colecções fotográficas encontram-se organizadas segundo os princípios da proveniência e descritas de acordo com as normas de descrição internacionais, através de uma solução de interface web, que disponibiliza o acesso à imagem. Paralelamente à descrição arquivística procede-se em muitos dos casos à transferência dos documentos em formato analógico para o formato digital através da digitalização. Neste processo de meta-informação, a conversão digital tende na sua generalidade a assumir uma resolução no mínimo de 300 dpi e os formatos JPEG e TIFF.

Silva (1997:67-69) apresenta uma proposta de organização de Olga Gallego para os arquivos da nobreza espanhola que enfatiza a organicidade, porém, para as famílias contemporâneas, a autora acaba por sugerir um quadro de classificação genérico, o que Silva entende ser uma grave e inaceitável contradição. Nesta proposta de “quadro de organização de arquivos familiares”, que aparece em anexo ao Manual de Gallego, ela propõe uma subdivisão “fotografias” dentro de “coleções”, que está em uma classe “arquivos anexos à família”. No mesmo nível das fotografias, outras subdivisões são: biblioteca; documentos manuscritos; mapas, planos e desenhos; recortes de imprensa.

Silva (1997), neste mesmo texto, menciona dois outros casos em arquivos pessoais: o de António Braz de Oliveira, onde as fotografias estão destacadas em classes próprias, e o de Sidónio Pais, no qual foi aplicado o método quadripolar¹, e as fotografias aparecem nas respectivas classes orgânicas e não destacadas em uma única classe (1997:83-85, 103-106). O primeiro caso não considera o contexto de produção e o segundo leva em conta.

Silva (2004:74) menciona outra funcionalidade da fotografia em arquivos pessoais:

No momento inicial do trabalho de estudo e disponibilização ao acesso público é obrigatória uma reportagem fotográfica completa do estado da documentação, partindo-se de imagens de conjunto (do mobiliário, ou dos recipientes onde foram encontrados os documentos) até imagens de pormenor (para cada dossier e documentos individualizados).

Adverte também sobre ser “inevitável encontrar uma tipologia documental diversificadíssima”, entre as citadas menciona as fotografias, e acrescenta “que faz parte de um único e polifacetado sistema” (SILVA, 2004:74).

Não são muitos os textos que fazem referências às fotografias nos arquivos pessoais, e entre os que os fazem, a abordagem é muito diferenciada entre eles, em alguns com mais detalhes em outros apenas mencionando. Ou seja, ainda não há consenso na literatura sobre as diretrizes a serem aplicadas na organização dos documentos fotográficos em arquivos

¹ Método quadripolar - método de investigação que utiliza quatro polos: epistemológico, teórico, técnico e morfológico, concebido para conhecer/interpretar, explicar/gerir informação (ver SILVA, Armando Malheiro da, *et al.* - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 226.

peçoais e familiares, e muitos arquivos recolhidos aguardam tratamento técnico que os torne possíveis de pesquisar e acessíveis.

4. A título de exemplo: o arquivo de Eugénio de Almeida

O acervo da família Eugénio de Almeida se traduz em um exemplo rico de arquivo de família. O primeiro titular do acervo, José Maria Eugénio de Almeida, dava extremo valor aos registros de suas atividades e à acumulação desses registros, gerando assim um arquivo que refletia as suas atividades de negócios. José Almeida chegou a ser um dos maiores proprietários agrícolas do país e desenvolveu também atividades em outras áreas. Sempre tomava suas decisões com base nas informações que produzia e acumulava. Em uma correspondência escrita por ele pode-se ler: “O que se tratou há de estar escrito, segundo o hábito invariável que eu sigo (...)” (*apud* CARRETEIRO, 2019).

Carreteiro (2019) destaca que o que há de mais notável neste sistema de informação é o fato de sua estrutura não ter sido aprimorada ou desenvolvida com o passar dos anos como resultado de experiência cotidiana e das necessidades que ela determina, mas ter sido concebido *a priori*. José Maria viajou por toda a Europa e estudou os sistemas de administração públicos de outros países, teve acesso a livros e informação sobre procedimentos administrativos, além de modelos de formulários para sistematizar a produção da informação. Adaptava esses formulários à realidade dos seus negócios e determinava que fossem produzidos por seus colaboradores. Carreteiro (2019:69-70) acrescenta que a documentação do arquivo é prolífera em exemplos sobre a importância que o titular atribuía à informação. Um deles é a própria localização física na casa e o espaço que lhe foi destinado. Os escritórios, o arquivo e a biblioteca foram instalados em toda a ala sudoeste do Palácio de São Sebastião da Pedreira, a residência principal da família em Lisboa (2019:73).

A preocupação com a boa administração do seu “império”, levou José Maria a criar um rigoroso sistema de gestão baseado na escrituração contabilística, na correspondência, em relatórios técnicos, pareceres e todo um corpo diversificado de tipologias documentais, devidamente padronizadas, com recurso às quais mantinha contacto regular não só com as diversas administrações regionais da Casa, mas também com todo o universo de pessoas com quem, pela via dos negócios ou da política, se relacionava (2019:69).

O arquivo não reflete apenas a documentação de caráter empresarial produzida a partir das atividades econômicas, mas também o universo cotidiano e as vivências da família, o que permite reconstituir o estilo de vida de uma família burguesa ao longo dos séculos XIX e XX com base, por exemplo na análise das despesas com o ensino, o vestuário e a alimentação das crianças, com as atividades de lazer, tais como a compra de livros, as viagens transatlânticas, a aquisição de um camarote no teatro, além de custos com alimentação, vestimentas e salários dos empregados da casa: cozinheiro e ajudantes, cocheiro, moço das cavalariças, guarda livros, jardineiro, entre outros que asseguravam o funcionamento da casa e o bem estar dos seus moradores.

A integridade do arquivo da família Eugénio de Almeida foi preservada pelas sucessivas gerações, não apenas como reconhecimento da sua importância de suporte ao exercício das suas atividades, mas também como um repositório da memória familiar.

A família é considerada como o fundo, os acervos pessoais são considerados como subfundos o que parece significar a intenção do mediador/arquivista de separar a atividade patrimonial e econômica da família da vida de seus membros individuais - uma solução descritiva que, claramente, evita relacionar, para o potencial utilizador do arquivo, esses dois vetores. Porém uma das vertentes mais fortes do arquivo era servir de prova para as atividades econômicas, e os bens passavam de um membro da família para outro, mudando de titularidade: a esposa de José Maria passou a gerir os bens quando o marido faleceu.

Um exemplo disto é o processo relativo ao palacete em Cascais referido como “Casa Branca”. Esta propriedade adquirida por Vasco Maria Eugénio de Almeida nos anos 40 e vendida na primeira década desta centúria por sua esposa, Maria Teresa Burnay de Almeida Bello após longos anos de aluguéis a terceiros. Esta documentação encontra-se no arquivo arrumada e identificada numa única pasta que inclui as escrituras de compra, os contratos de aluguer e algumas fotografias recentes da habitação, entre outros (RAGAGELES, 2016:49).

As fotografias estão presentes no acervo, em maior quantidade em alguns subfundos e menor em outros. O que as fotografias registram também varia de acordo com o titular, alguns exemplos: Vasco Maria não gostava de ser fotografado, portanto não existem muitas fotografias dele, mas são encontradas fotografias de suas atividades filantrópicas. Carlos Maria Eugénio de Almeida, seu avô, fazia muitas viagens, assim em seu subfundo existem fotografias em maior quantidade, referentes às suas viagens.

Encontra-se também no acervo fotografias do Convento Cartuxa, num álbum – que foi restaurado pela família – com fotos anteriores, da restauração, e posteriores, entre 1948 e 1952. Este álbum inclui desenhos, plantas, indicando a localização do que aparece nas fotografias, além de fotos do Pátio de São Miguel, dos funcionários da casa, entre outros. Há um álbum com fotografias do Palacete de Lisboa antes de ser vendido, encomendadas ao fotógrafo e arquiteto Horácio Novaes. Essas fotografias têm reproduções digitais, o que facilita o acesso e também a preservação.

Os documentos fotográficos do acervo integram os subfundos. Apesar de separados fisicamente, para fins de guarda, mantêm o vínculo intelectual com os demais, por exemplo: por vezes na correspondência recebida, o remetente enviava fotografias junto à carta para documentar o respectivo texto. Assim, as fotografias são destacadas da carta para atender aos requisitos de conservação, mas continuam a fazer parte do documento composto, constituído pela carta mais as fotografias, para fins de organização intelectual.

5. Considerações finais

Os arquivos pessoais tornaram-se objeto de estudo entre os profissionais da área na segunda metade do século XX e o volume de estudos sobre o tema vem crescendo neste início de século XXI. Entretanto, isso ainda representa pouco tempo em comparação aos estudos sobre arquivos institucionais. Destacam-se a importância e o papel que os arquivos

peçoais têm no sentido de complementar e permitir conhecer realidades que não estão representadas nos arquivos institucionais e de estado.

A fotografia existe há mais de cem anos e seu uso foi crescendo desde a sua invenção, democratizou-se e tornou-se popular. Ainda no meio analógico, o acesso à produção de fotografias já permitia que os arquivos pessoais tivessem esse gênero entre os seus documentos. A partir da transição para o meio digital e a convergência entre os aparelhos fotográficos e outros aparelhos, principalmente os telefones móveis, a facilidade de produzir registros fotográficos aumentou exponencialmente. Com essa crescente facilidade em produzir fotografias, passou-se a encontrar entre os documentos dos arquivos pessoais as fotografias em número cada vez maior. Daí o interesse em verificar se a literatura da área acompanha essa tendência.

As fronteiras e as possíveis diferenças entre os arquivos pessoais e os familiares não são simples e nem fáceis de se determinar. Os arquivos familiares remetem a uma estrutura orgânica - a relação entre os membros da família. Afinal, se Arquivo é vínculo, contexto, como determinar uma fronteira entre os documentos de uma pessoa e os da sua família? Os arquivos pessoais acabam implicando em alguma relação com a família, partilham conexões estruturais, mas se diferenciam pelas ações e atividades individuais de cada pessoa. Portanto, a separação de um arquivo pessoal do arquivo de família é crítica e difícil, pois resulta de escolhas arbitrárias e/ou intencionais. É ação artificial e prejudica o contexto de produção de ambos os conjuntos.

Entre os autores analisados, ficou evidente uma preferência pela denominação “arquivos familiares”. Termo menos utilizado no Brasil, apesar de estar previsto no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005). Isso parece ter relação com o fato de em Portugal haver uma maior incidência de arquivos familiares produzidos e até organizados com função administrativa na vida profissional/gerencial dessas pessoas/famílias. O arquivo acumula os registros das atividades econômicas e patrimoniais, com objetivo de servir de base para a tomada de decisões em relação aos negócios das famílias.

Poucos textos tratam do assunto das fotografias nos arquivos pessoais e o fazem com diferentes níveis de abordagens, alguns de forma superficial, outros se dedicando um pouco mais. Contudo, um consenso entre os que apresentam o assunto é a dificuldade de identificação dos documentos fotográficos. Na maioria das vezes, o que se encontra nos acervos são fotografias sem identificação e não há como preencher essas lacunas por vários motivos. O tempo decorrido, a perda da ordem original, a falta de pessoas que conheçam as informações, o antigo costume de separar documentos fotográficos dos documentos textuais sem fazer a referência entre eles, são alguns dos motivos da falta de identificação dos registros. Entre os textos analisados, somente um menciona o contexto de produção no âmbito das fotografias e explica o porquê da impossibilidade de respeitá-lo no caso do arquivo apresentado. Verificou-se também que ainda não há um consenso na literatura sobre os princípios para tratamento técnico a ser dado aos documentos fotográficos nos arquivos pessoais e familiares.

Além dos documentos fotográficos, os arquivos pessoais e familiares contêm uma enorme diversidade de documentos, e eles não são gerados em contexto administrativo, logo, são desprovidos de normas. A falta de padronização também dificulta a sua organização. O fato dos arquivos pessoais só terem sido considerados como entidade arquivística já tardiamente implicou em que os conjuntos documentais tenham recebido tratamentos

diversos, sem considerar o contexto de produção dos acervos, provocando perdas, lacunas, fragmentações. Entre essas perdas poderiam estar documentos que auxiliassem na identificação das fotografias, por exemplo.

As fotografias, em muitos dos casos citados, não receberam o tratamento arquivístico adequado porque, por muito tempo, não eram consideradas nem documentos de arquivo, menos ainda de Arquivos Familiares. E a recuperação dessa informação atualmente só será possível nos casos em que o contexto foi preservado. Para o futuro, fica a esperança de que o atual *status* da fotografia na Arquivologia permita que o seu tratamento técnico enriqueça as relações informacionais dos acervos a que pertencem.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Ricardo Charters de

2012 Histórias de um arquivo. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p.131-139.

CARRETEIRO, Rui

2019 Arquivos e Casas-Museu: as vivências e as memórias como «objeto museológico». In *10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal*. Portugal: Direção Geral de Cultura do Norte, 2019, vol. 1, p. 66-80.

CRUZ, Ana Margarida da Costa

2012 O Arquivo da Família Espírito Santo Silva observado na perspectiva das funções arquivísticas: organização, descrição e difusão. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 733-741.

FARELO, Mário

2012 Os Morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 185-203.

GAMEIRO, Odília Alves

2012 O Arquivo pessoal de Hintze Ribeiro. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 751-759.

GUEDES, Gracinda Maria Ferreira

2017 Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra: ponto de partida para questões e reflexões. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 30 (2017) 517-546.

GUIMARÃES, Paulo Mesquita

1997 Organização de arquivos de família: particularidades técnicas subjacentes. In *Arquivos de família e pessoais: seminário*. Vila Real: APDAB, 1997, p.107-115.

LIMA, Luis Fernando Horta

2015 *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*. Lisboa, 2015.
Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação - Universidade Nova de Lisboa.

JUDICE, Assunção; BORGES, Leonor Calvão

Arquivo da Quinta das Lágrimas: quando a história social se junta a local. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 99-105.

MACEDO, Ana Maria Costa

2012 O Arquivo da Casa do Avelar (Braga): da construção da memória familiar à (re)construção da história social. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 265-279.

MARTINS, Lígia de Azevedo; SILVA, Ana Cristina de Santana; FERREIRA, Teresa Duarte

2012 O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 523-533.

PORTELA, Ana Margarida; QUEIROZ, Francisco

2012 O Arquivo da Casa do Terreiro de Leiria. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 743-749.

RAGAGELES, Liliana

2016 *O Fundo casa Eugénio de Almeida: classificação e descrição da documentação de Vasco Maria Eugénio de Almeida*. Lisboa, 2016.
Relatório de Estágio do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação - Universidade Nova de Lisboa.

RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da

2012 A Criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 597-650.

ROSA, Maria de Lurdes

2012 Apresentação: arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 15-27.

ROSA, Maria de Lurdes

2012 Os Espelhos e os seus outros lados: inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 571-595.

SILVA, Armando Malheiro da

1997 Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In *Arquivos de família e pessoais: seminário*. Vila Real: APDAB, 1997, p. 51-106.

SILVA, Armando Malheiro da

2004 Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. 3 (2004) 55-84.

SILVA, Isabel Correia da

2012 Arquivo Pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 437-447.

SILVA, Matilde de Mello Gago da; ASSIS, António Maria de

2012 O Arquivo Ficalho: a sua história e perspectivas de futuro. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 61-69.

VASCONCELOS, Francisco de

2012 O Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 107-112.

VIVEIROS, Ana Cristina Moscatel Pereira

2012 Arquivos de família/pessoais em instituições públicas de Arquivo nos Açores: um ponto de situação. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 761-772.

Anna Carla Almeida Mariz | annacarla@unirio.br

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

Armando Malheiro da Silva | armando.malheiro@gmail.com

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

Rosa Inês de Novais Cordeiro | rosanovais@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil